

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001918-80.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Marcio Roberto de Campos**
Requerido: **Mrv Engenharia e Participações S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido imóvel da ré, sendo que no ano de 2016 foi notificado pela mesma em virtude de parcelas que estariam em aberto e que na verdade foram regularmente quitadas.

Alegou ainda que não conseguindo resolver a situação efetuou novo pagamento à ré, inclusive para excluir a indevida negativação que havia sofrido por força desses fatos.

Almeja à restituição em dobro do que pagou à ré, além do ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A preliminar de ilegitimidade *ad causam* arguida pela ré em contestação não merece acolhimento.

Com efeito, a discussão posta nos autos não envolve a legalidade da taxa de evolução da obra e sim cobranças sem o devido respaldo que a ré dirigiu ao autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Ele, ademais, possui liame jurídico com a ré para os fins aqui expostos e não com a Caixa Econômica Federal, de sorte que a mesma há de ocupar o polo passivo da ação.

Rejeito a prejudicial suscitada, pois.

No mérito, a ré na peça de resistência asseverou que o autor inadimpliu valores perante a Caixa Econômica Federal referentes aos juros contratuais em fase de obra (tais valores estão detalhados a fls. 74/76), o que gerou descontos em sua conta (conta da ré) por ser a sua fiadora.

Os extratos de fls. 109/125 respaldariam tais alegações da ré.

Já os documentos que instruíram a petição inicial dão conta de que em 18 de julho de 2016 o autor foi notificado de débito a seu cargo junto à ré (fl. 34), bem como informado em 09 de novembro de 2016 que a quitação respectiva deveria dar-se pelo pagamento de boleto no importe de R\$ 7.608,13, com vencimento previsto para 11 de novembro seguinte (fl. 35).

Isso teve vez na esteira do comprovante de fl. 37.

Sem embargo, vê-se a fl. 29 que de acordo com consulta *on line* em 25/11/2016 permanecia um débito do autor correspondente a três prestações contratuais vencidas em maio, junho e julho de 2012, o que teria resultado na inserção do mesmo perante órgãos de proteção de crédito (fl. 33).

Anoto, por fim, que a planilha de fl. 202, confeccionada pela ré em 18/11/2016, apurou que a dívida do autor pela inadimplência de prestações lá detalhadas era de R\$ 15.021,03, "*sendo concedido desconto de 50% do valor total ... para pagamento em uma única parcela ...*" (fl. 196, último parágrafo).

A conjugação desses elementos leva a panorama desfavorável à ré.

Deve-se ter em mente de início que a hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

"A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse *status* em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que tocava à ré a comprovação de que o autor incorreu em mora e que os pagamentos que efetuou não foram suficientes para a liquidação de sua dívida, mas ela não se desincumbiu a contento desse ônus.

Mesmo que se admita que os extratos de fls. 109/125 cristalizem débito a cargo do autor, em momento algum a ré de maneira concreta explicou a relação entre eles e o que foi indicado na planilha de fl. 202.

Por outras palavras, não se sabe por qual razão e de que forma a ré teria agrupado valores apurados ao longo de 2011 (fls. 109/120 e 125) e de janeiro a abril de 2012 (fls. 121/124) para transformá-los em onze prestações com vencimentos a partir de maio de 2012 (fl. 202).

A manifestação de fls. 195/197 não forneceu os subsídios que aclarassem esse tema, o que seria imprescindível.

Como se não bastasse, há outros aspectos que a ré não logrou esclarecer.

Nesse sentido, se ela em 09/11/2016 fez proposta para quitação da dívida do autor para pagamento (fl. 35) verificado em 11/11/2016 (fl. 37 - R\$ 7.608,13), nada justifica que em 25/11/2016 permanecessem em aberto as três prestações mencionadas a fl. 29.

E por qual razão apenas elas, ao contrário das demais estampadas a fl. 202, continuavam pendentes se o pagamento já se tinha consumado?

A resposta não foi dada pela ré.

Ela, outrossim, não explicou o boleto de fl. 37 em valor diverso – e a maior – do débito apontado a fl. 196, último parágrafo, e tampouco informou a que se referia o outro boleto com vencimento para 09/12/2016, de fl. 36.

Por fim, é relevante ressaltar que os pagamentos de fls. 30/32, relativos às prestações vencidas em maio, junho e julho de 2012, não foram impugnados específica e concretamente, como seria de rigor.

Limitou-se a ré a assinalar que *"não possuem qualquer relação com a demanda"* (fl. 73, primeiro parágrafo), sem maiores digressões e sem que declinasse qual o fundamento que teria levado aos mesmos.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Todas essas considerações permitem a conclusão de que a ré não coligiu prova bastante (1) de que o autor tinha dívida para com ela, (2) de que os pagamentos de fls. 30/32 não possuíam ligação com as prestações identificadas a fl. 29 e (3) que o boleto de fl. 37 não se referia a tais prestações.

Significa dizer que a postulação vestibular prospera para que se considere o pagamento em duplicidade implementado pelo autor, de sorte que a restituição reclamada há de ser acolhida.

Quanto ao seu montante, entendo que abarcará a somatória dos pagamentos de fls. 30/32, até porque a ré não deixou claro quanto do boleto de fl. 37 se referia às prestações de fl. 29.

Assim, a devolução proclamada será de R\$ 5.177,47, mas ela não se dará em dobro porque o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que “*a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor*” (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não extraio dos autos dados consistentes que denotassem a má-fé da ré, o que torna inaplicável a aludida regra.

Quanto aos danos morais, tenho-os por configurados.

A simples dinâmica trazida à colação patenteia que o autor foi exposto a desgaste de vulto sem que de forma alguma tivesse contribuído para o que sucedeu.

Chegou até a lançar mão de diversas tentativas para a solução do problema (a ré não negou os contatos decorrentes dos protocolos de fl. 02, quarto parágrafo), sem êxito, e foi obrigado a fazer novo pagamento para que reflexos negativos não o atingissem.

Isso mostra que o autor, como se daria com uma pessoa mediana que estivesse em sua posição, teve abalo consistente, configurando-se aí os danos morais passíveis de reparação.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor as quantias de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 5.177,47, acrescida de correção monetária, a partir do pagamento de cada importância indicada a fls. 30/32 (R\$ 1.954,96 desde julho de 2012, R\$ 1.334,64 desde junho de 2012 e R\$ 1.887,87 desde agosto de 2012), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 08 de agosto de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA